



1290001475

IE
TCC/UNICAMP H486p



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA II
RELATÓRIO FINAL

PADRÕES DE CONSUMO E DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO

*Relatório final de monografia
apresentado para a obtenção de
créditos na disciplina de
Monografia II.*

Aluna: Sheila Heuser RA: 009890
Orientador: Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Campinas, dezembro de 2004.

TCC/UNICAMP
H486p
IE/1475

CEDOC/IE

ÍNDICE

• OBJETIVO	3
• INTRODUÇÃO	4
• CAPÍTULO I	8
Estudo da função consumo em duas abordagens teóricas.	
• CAPÍTULO II	19
Especificidade da economia nacional e os limites das teorias tradicionais para o entendimento de uma economia subdesenvolvida	
• CAPÍTULO III	25
Os limites do padrão de consumo para o processo de desenvolvimento	
• CONCLUSÃO	29
• BIBLIOGRAFIA	31

OBJETIVO

Estabelecer as relações entre perfil distributivo, avaliado pela capacidade da população em auferir bens de consumo, e o estágio do desenvolvimento econômico. A melhoria do padrão de consumo para o conjunto da população corresponde a um quesito primordial para a determinação de uma sociedade desenvolvida. Além de corresponder a um objetivo com fim em si mesmo, procuramos averiguar de que forma a melhoria do padrão de consumo da população pode trazer implicações sobre a dimensão do mercado consumidor, potencializando a demanda efetiva e colaborando para os ganhos de escala.

A argumentação aqui se opõe às teses de cunho ortodoxo que supõe ser uma elevada poupança o caminho para o crescimento, justificando assim, a elevada desigualdade. Temos como argumento a idéia de que a elevada poupança, proveniente das classes de maiores rendas, não necessariamente é o caminho para as economias subdesenvolvidas alcançarem melhores níveis de vida. Além de discordarmos do sentido de causalidade proposto pela escola neoclássica e que pressupõe que é a poupança que antecede os investimentos, discordamos também do fato de que a acumulação de recursos e esforços produtivos alcançados pelas economias subdesenvolvidas possam ser transformados em investimentos produtivos sem a orientação de um Estado forte e disposto a atingir o desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Os limites de acesso à renda e a sua repercussão sobre os padrões de consumo

A economia brasileira apresenta como característica inequívoca a elevada disparidade de acesso à renda. A convivência, sobre um mesmo espaço físico, de camadas sociais cujo acesso à renda é muito baixo e, de outro, de uma pequena parcela da população cuja elevada renda permite acesso a uma maior quantidade e qualidade de bens, é apenas uma das faces que caracterizam os países tipicamente subdesenvolvidos.

A elevada concentração da renda impõe limites à generalização de modernos padrões de consumo para o conjunto da população, caracterizando a sociedade brasileira pela elevada desigualdade quanto ao acesso a bens de consumo. Essa característica estrutural é o reflexo de um conjunto de determinantes históricos e políticos que configuram o quadro econômico-social brasileiro. Desse modo, ainda que ocorram períodos de elevado crescimento econômico, apenas uma restrita parcela da população terá acesso ao consumo de bens que não esteja voltado para a satisfação de suas necessidades mais prementes.

A classificação de um país como subdesenvolvido ou menos desenvolvido é própria de regiões nas quais a maior parcela da população vive em níveis de bem-estar material muito baixo e com estruturas econômicas caracterizadas como “distorcidas” ou “desintegradas”. Colman & Nixon consideram como “distorcidas” ou “desintegradas” aquelas economias e sociedades dualistas, nas quais coexiste produção para subsistência e produção para mercado, velhas e novas tecnologias são usadas lado a lado, novas classes sociais surgiram ao lado de extratos tradicionais. Esse tipo de desenvolvimento também foi denominado de desigual e combinado pelos estudiosos do desenvolvimento econômico.

A averiguação a respeito das causas que influenciam a má distribuição da renda deve partir de fenômenos históricos, políticos, sociais e econômicos. Os três primeiros determinantes são de fundamental relevância ao tema, muito embora não serão os focos de nossa análise a respeito dos fatores que determinam a configuração do nosso tipo de desenvolvimento.

A nossa preocupação na presente monografia constitui-se, pois, a respeito:

- De como a forma de desenvolvimento no Brasil influenciou os padrões de consumo;
- Da influência dos padrões de consumo sobre o desenvolvimento econômico.

A primeira questão será respondida através da análise das características que configuram o quadro de desenvolvimento adotado no país. Procuraremos demonstrar que as desigualdades econômicas, estampadas na restrição ao acesso a melhores padrões de consumo, é o resultado da configuração de um quadro histórico herdado do período colonial, de modo que o acesso seletivo aos padrões de consumo típicos dos centros capitalistas, é ao mesmo tempo causa e conseqüência das desigualdades econômicas.

Através dessa metodologia histórica de avaliação dos determinantes da distribuição da renda tentaremos nos desvencilhar de uma abordagem economicista de avaliação da distribuição da renda na qual os indivíduos possuem várias quantidades de fatores de produção (terra, capital e trabalho) que determinam sua participação na renda. Enfim, é a estrutura social, mais do que o nível da renda ou a taxa de crescimento econômico o determinante da distribuição da renda.

Adotando a terminologia de Furtado, a periferia do sistema capitalista (países subdesenvolvidos) é o reflexo da disparidade entre a demanda dinâmica que foi se constituindo nesses países frente o atraso na acumulação reprodutiva, impedindo a internalização de um parque produtivo condizente com a expansão dos novos padrões de consumo advindos com a cultura do centro capitalista. A inserção no sistema de divisão internacional do trabalho e a penetração de padrões de consumo advindos do centro do sistema capitalista deram às economias subdesenvolvidas uma feição heterogênea do ponto de vista social e com rupturas quanto à capacidade de sua população de auferir renda compatível com a adoção de padrões de consumo típicos do centro (FURTADO, 1981).

Com relação ao questionamento que trata da influência dos padrões de consumo sobre o desenvolvimento econômico, a tradição ortodoxa tem sido unânime na avaliação

segundo a qual uma melhor distribuição da renda é incompatível com o crescimento econômico. Segundo esses modelos, a renda deveria ser distribuída em favor da classe que poupa e investe, de modo que o processo de acumulação de capital pudesse gerar maior crescimento econômico.

De acordo com essa concepção, caso a renda fosse distribuída de modo mais igualitário, o excesso de renda seria consumido pela parcela da população cuja renda foi majorada e, conseqüentemente, os níveis de poupança seriam reduzidos, ao mesmo tempo em que as possibilidades para se tornar possível a inversão produtiva. “Os economistas ortodoxos, baseados na concepção de que a propensão a poupar tem um efeito positivo no crescimento, levantaram a hipótese de que uma política salarial parcimoniosa seria benéfica ao desenvolvimento do país” (BARROS, 1994).

Neste trabalho, demonstraremos que a poupança consiste num resíduo contábil, ao contrário das teses ortodoxas que atribuem à poupança a causa dos investimentos. Além disso, as disparidades do perfil de consumo e a adoção de padrões de consumo modernos impedem a acumulação de recursos. Esta especificidade das economias subdesenvolvidas impõe limites à utilização de modelos econômicos desenvolvidos por estudiosos do centro das economias capitalistas para a interpretação e orientação do desenvolvimento das economias tipicamente subdesenvolvidas.

As pressões econômicas, sociais e políticas típicas dos países subdesenvolvidos são de natureza diversa das especificidades das economias que já atingiram um mais elevado grau de desenvolvimento. Nas economias subdesenvolvidas, grande parte das poupanças tende a fluir para investimentos mais “seguros”, seja no exterior ou ainda na aquisição de ativos financeiros de alta liquidez e rentabilidade. Dessa forma, o esforço em se poupar não necessariamente é revertido em capital produtivo, caindo por terra a noção de que existe automatismo e determinação da poupança em direção à elevação do investimento na base produtiva.

Alguns teóricos do desenvolvimento econômico, como Myrdal, entre outros, opõem-se às teses ortodoxas segundo as quais é através da desigualdade social que os níveis de poupança se elevariam, possibilitando o investimento num segundo momento. Myrdal defende o sentido de causação inverso, segundo a qual, os efeitos da distribuição anterior ao crescimento trariam efeitos muito mais positivos para o desenvolvimento. Entre

os argumentos, destaca-se “o efeito positivo para a produção através do aumento do consumo dos pobres, com aumento da sua produtividade dada a melhoria das condições de saúde” (ALVAREZ, 1996, p. 34). Além do benefício quanto à produtividade da mão-de-obra proveniente da redistribuição da renda para os mais pobres, pode-se apontar também, os ganhos de escala na produção de bens de consumo e a difusão da tecnologia (FURTADO, 1981).

A presente monografia alicerça-se sobre três capítulos, sendo estes:

1. Estudo da função consumo em duas abordagens teóricas
2. Especificidade da economia nacional e as contribuições das teorias tradicionais para o entendimento de uma economia subdesenvolvida
3. Os limites do padrão de consumo para o processo de desenvolvimento.

CAPÍTULO I

Estudo da função consumo em duas abordagens teóricas.

Nesse primeiro capítulo temos como linha mestra estudar a importância do consumo agregado na determinação da renda nacional. Esta primeira preocupação está relacionada à necessidade de averiguação da importância dada pelos economistas ortodoxos às taxas de poupança para o crescimento econômico. Procuraremos mostrar uma visão alternativa à visão ortodoxa, trazendo para o debate a importância do consumo das famílias para a determinação da renda nacional.

A alta concentração da renda no Brasil tem sido defendida como positiva para efeitos de crescimento econômico. A justificativa é corroborada pelas teses ortodoxas segundo as quais quanto maiores forem as propensões marginais a poupar, tanto maiores serão as possibilidades para a inversão produtiva e, conseqüentemente, maior será o crescimento econômico.

Desse modo, a elevada desigualdade econômica verificada no Brasil seria justificada pelos seus efeitos potencializadores sobre o crescimento econômico. Segundo a ortodoxia, “a distribuição de renda desigual (distribuída em favor dos lucros) seria necessária para assegurar uma alta taxa de poupança e, portanto, de crescimento, já que se supõem que os que recebem os lucros poupam uma fração mais elevada de suas rendas do que os que recebem salários” (COLMAN & NIXSON, 1981, p.80).

Entre os argumentos a favor da distribuição desigual da renda, PINTO aponta:

- A propensão a poupar é maior nos segmentos das rendas mais elevadas. Se esses segmentos absorvem parcela mais elevada da renda, a poupança nacional tende a ser maior.
- A distribuição desigual da renda permite a superação da “atomização” das economias jovens e permite a concentração de recursos facilitando a absorção de técnicas modernas; entre outras (PINTO, 1976, p.14).

A controvérsia sobre o assunto dominou o debate no Brasil na década de 70. De um lado a tradição ortodoxa é defensora de que a estrutura concentradora potencializa o crescimento econômico. De outro lado posicionam-se os economistas estruturalistas cuja defesa está sobre os efeitos da distribuição da renda. Segundo estes autores, o melhor acesso à renda ampliaria o mercado interno tendo efeitos positivos sobre a demanda e sobre a escala produtiva. A ampliação do mercado possibilitaria a redução dos entraves associados à difusão das novas tecnologias. Além disso, alguns autores da tradição cepalina apontam para o fato de que a experiência histórica não demonstra uma relação positiva entre a desigualdade social e a elevação dos níveis de poupança. O excesso de gastos em bens supérfluos é uma escolha que impossibilita a inversão produtiva, dificultando a ampliação do parque produtivo e a conseqüente geração de emprego e renda.

A desigualdade quanto aos padrões de consumo, segundo a visão ortodoxa era o ponto de partida para a fase posterior de crescimento econômico. Nesses termos, cabia inicialmente um esforço quanto à elevação das taxas de poupança e posteriormente seriam alcançados os resultados de um crescimento econômico mais igualitário.

No entanto, entendemos que a configuração do padrão de distribuição da renda no Brasil é o reflexo da constituição de um quadro de desenvolvimento econômico cujas raízes históricas remontam ao período colonial, ou seja, o padrão de consumo da população é o resultado de uma configuração histórica cujos determinantes estão além da conjuntura econômica (FURTADO, 1981). Dessa forma, ainda que se apresentem taxas de crescimento econômico considerável, a distribuição pessoal da renda permanecerá de forma desigual.

A escola de pensamento econômico ortodoxo, a partir da identidade contábil entre a poupança e o investimento, expandiu as suas análises no sentido de estabelecer um sentido de causalidade entre as duas variáveis. Segundo esta abordagem teórica, a determinação das taxas de investimento dependia, de forma direta, de um acúmulo prévio de recursos. A existência de poupança era uma condição necessária para a realização de investimentos. “Desse modo, verificar-se-ia uma igualdade *ex-ante* entre poupança e investimento. A existência prévia de poupança é necessária para realizar gastos com investimento; a poupança possui, assim, uma prioridade causal”.(OLIVEIRA, 1998).

Segundo esse modelo, a redistribuição da renda, que poderia ser alcançada via política salarial, surtiria efeitos negativos. Em primeiro lugar, a elevação dos salários como forma de redistribuição de renda acarretaria em redução da poupança agregada, reduzindo automaticamente os níveis de investimento. Economistas ortodoxos diriam que a “melhoria na distribuição de renda teria um efeito maléfico no ritmo de crescimento por causa do efeito perverso na propensão a poupar”. (BARROS, 1994, p. 78).

Buscando identificar a base teórica sobre a qual o postulado ortodoxo se apóia, recorreremos à lei de Say para tentar explicar a defesa ortodoxa a respeito da funcionalidade da elevação da poupança (ou a sua face complementar: redução do consumo) para a elevação do crescimento.

O postulado da lei de Say segundo o qual “a oferta gera a sua própria demanda” foi alvo de importantes discussões na teoria geral de Keynes. Segundo este autor, o postulado de Say constituiu-se na viga mestra para o edifício clássico segundo o qual o nível de equilíbrio da economia era aquele caracterizado pelo pleno emprego.

O postulado de Say dizia que, para qualquer nível de produção, automaticamente estaria sendo gerada uma demanda de igual intensidade, suficiente para absorver aquela produção inicial. Segundo essa concepção, portanto, estaria fora de cogitação a produção excessiva, ou a superprodução. A base para a manutenção desse postulado baseava-se na concepção de que toda a produção tinha como contrapartida um gasto de mesma proporção. Ou seja, aquele que se propusesse a produzir uma determinada quantidade de bens teria em mente o objetivo de utilizar aquela renda adicional para consumi-la automaticamente através da compra de outros bens. “O próprio ato de produção constitui, assim, a procura por outros bens: uma procura equivalente ao valor dos bens excedentes que cada homem produz. A produção de cada homem constitui a sua procura por outros bens e, portanto, a procura agregada deve de alguma forma igualar a oferta agregada” (ACKLEY, 1978, p.111).

A produção, para a concepção ortodoxa, estava voltada para o objetivo da troca. Produzir-se-ia até o ponto em que o esforço pelo trabalho proporcionasse como contrapartida uma renda suficiente para cobrir o seu desprazer pelo trabalho. A renda criada no decurso da elaboração daquele produto conduziria, necessariamente, a um montante

igual de gastos gerais para a compra de bens produzidos por outros fabricantes. Assim, a economia poderia trabalhar no seu nível de pleno emprego, bastando para tal que o acréscimo de renda advinda do trabalho superasse o desprazer advindo com o mesmo.

A exposição da lei de Say corresponde ao funcionamento de uma economia tipicamente mercantil, caracterizada pelo sistema de divisão do trabalho. Nessa economia, as pessoas trabalham em troca de bens e serviços que satisfaçam suas necessidades, sendo o papel do dinheiro o de servir apenas como meio de troca. De acordo com Miglioli, “o dinheiro é encarado simplesmente como meio de troca e, portanto, não exerce influência no processo de produção e circulação” (Miglioli, 1987, p.19). O dinheiro exerce apenas o papel de lubrificador das trocas não exercendo qualquer papel ativo quanto às decisões dos agentes econômicos. Para Say em função de o dinheiro ser “perecível” no tempo, não se deseja conservá-lo em mãos durante muito tempo com a contrapartida de ter o seu valor corroído.

Se as variações da oferta agregada sempre fossem acompanhadas de igual montante de gastos, Keynes avaliou que, segundo essa concepção, a demanda seria incapaz de impor obstáculos ao emprego máximo. O limite estaria sendo dado pelos níveis da oferta agregada, ao contrário do que seria proposto por Keynes posteriormente (LIPKIN, 1990, p. 252).

Se a renda necessariamente é gasta, todo o montante que não for gasto em bens de consumo seria compensado através da compra de bens de capital. Em outras palavras, a parcela da renda que não fosse consumida (geração de poupança) seria gasta em bens de produção, aumentando o investimento. A identidade contábil entre poupança e investimento ($S = I$) expressava não apenas uma igualdade, mas ainda um sentido de causalidade, de modo que a poupança gerava maiores investimentos. Segundo LIPKIN “decisões de poupar nunca configuram uma redução líquida ou dispêndio, mas apenas uma alteração na composição do gasto global” (LIPKIN, 1990, p. 262).

A visão tradicional segundo a qual a taxa de investimento é dependente da taxa de poupança agregada da economia não é aceita pela escola keynesiana de pensamento econômico. De acordo com esta última, a determinação do nível de renda depende da demanda efetiva. Esta, por sua vez, é composta por duas variáveis: o consumo agregado e o

investimento. Deste modo, reduções no nível de consumo levariam a uma redução na demanda efetiva e conseqüente queda no nível de renda. Ao contrário dos ortodoxos que acreditam que os níveis de poupança aumentam quando ocorre redução do consumo, os adeptos dos keynesianismo afirmam que a redução do consumo pode diminuir o nível de poupança, caso se verifique reduções na renda. Esta proposição ficou conhecida como paradoxo da poupança.

Para esclarecer melhor este ponto vamos utilizar um modelo simplificado, proposto por SERRANO (2000), para demonstrar os efeitos de uma redução dos níveis de consumo sobre a renda agregada e sobre a poupança.

Características do modelo:

- Economia fechada e sem governo

$$Y=C+I \quad (1)$$

A renda agregada depende do consumo agregado e do nível de investimento (ambos são considerados autônomos).

$$S=Y-C \quad (2)$$

A poupança é definida como o excesso de renda sobre o consumo.

$$S=(C+I)-C \quad (3)$$

Substituindo (1) em (2)

$$S=I \quad (4)$$

Combinando as equações chega-se à identidade contábil.

De acordo com esse modelo (keynesiano simplificado), o total de gastos (Consumo e Investimento) determina a renda. A poupança é um resíduo, ou seja, é o que sobra da renda depois de deduzidos os gastos em consumo. Ela é definida ex-post, ou seja, depois de estar determinada a renda.

Considerando o modelo acima, vamos verificar os efeitos de uma redução do consumo para a determinação da renda e da poupança. A redução do consumo aumentará a poupança e conseqüentemente o nível de investimento? A resposta para tal questão é que a redução do consumo vai reduzir a renda na mesma proporção, mantendo o nível de poupança inalterado, ao contrário do que tem sido proposto pelos ortodoxos.

C ↓ Y ↓ S (inalterada)

Por outro lado, caso o investimento aumente, sem redução do consumo, haverá aumento da renda no mesmo montante. Como o consumo não sofreu variação, a poupança agregada aumenta na mesma proporção do aumento da renda.

I ↑ Y ↑ S ↑ A poupança aumenta dada a elevação do investimento.

O modelo acima apresentado corresponde a uma versão simplificada do modelo keynesiano de determinação dos níveis de renda. Ele nos esclarece que a tentativa de elevação dos níveis de poupança através da redução do consumo agregado tem o efeito inverso ao que foi proposto pelos ortodoxos. Enquanto estes acreditam que a redução do consumo eleva a taxa de poupança da economia, possibilitando aumentos da taxa de investimento, para os keynesianos, o efeito de uma redução dos níveis de consumo é uma redução da atividade econômica em função de uma redução da demanda efetiva.

Ao contrário da lei de Say, cuja formulação corresponde a uma relação simples entre produção e despesa, sendo que é a produção que gera a despesa, o princípio da demanda efetiva elaborado por Keynes pode ser identificado, de acordo com LIPKIN, como um postulado básico e geral que afirma a vigência obrigatória de uma relação lógica de causalidade vinculando unilateralmente a renda ao dispêndio (LIPKIN, 1990).

Enquanto o postulado clássico afirmava que a redução do gasto em consumo automaticamente direcionava os gastos para o investimento, Keynes advertia para o fato de que em casos de baixa propensão a consumir, apenas a elevação do investimento em proporções suficientes para cobrir o hiato garantiriam a geração de emprego. No entanto, as decisões de investimento para Keynes apresentavam determinantes tais como a taxa de

juros e a eficiência marginal do capital. Apenas em casos de otimismo quanto ao futuro os agentes decidiriam pelo investimento produtivo. Mesmo nos momentos em que as taxas de juros estivessem muito baixas, apenas expectativas positivas de elevada rentabilidade futura fariam com que os agentes direcionassem seus capitais para o investimento produtivo.

Keynes em seus estudos a respeito da determinação do nível de emprego representou uma ruptura com relação à abordagem clássica do equilíbrio de pleno emprego.

Segundo Keynes, a poupança poderia igualar com o investimento num nível inferior ao de pleno emprego, ao contrário da concepção clássica segundo a qual a renda de equilíbrio seria aquela na qual o investimento iguala a poupança no nível de pleno emprego. Para os clássicos o pleno emprego era possível à medida que aceitavam a hipótese de que toda a produção seria automaticamente consumida, não ocorrendo crises de realização. Segundo a escola clássica, tudo o que não fosse gasto em bens de consumo, seria compensado por um aumento correspondente no investimento, e o desemprego, dessa forma inexistiria.

Ao contrário dessa abordagem que apontava para a plena utilização da capacidade, Keynes à sua época verificou que o emprego é determinado pela procura agregada e esta, por sua vez, depende da quantidade de investimento e da propensão a consumir num dado momento.

Em Keynes a propensão a consumir corresponde à relação entre o volume do rendimento nacional e a quantidade que é gasta em bens de consumo pelo conjunto da população. Conforme o rendimento se eleva, o consumo também se eleva, porém, em proporções inferiores ao acréscimo da renda. A taxa de investimento sempre se igual à taxa de poupança (ex-post), porém normalmente ocorre em pontos inferiores ao de pleno emprego.

Embora Keynes tenha dado ênfase ao investimento como determinante do nível de emprego e como dinamizador da demanda efetiva, a propensão marginal a consumir tinha um papel extremamente importante no que se refere ao multiplicador do investimento. Quanto mais próximo da unidade estivesse a propensão a consumir, maior seria o efeito potencializador sobre os níveis de investimento, ou seja, pequenas flutuações no investimento provocariam grandes variações no emprego.

A respeito da estrutura distributiva de uma sociedade, Dillard apontou para a importância da mesma na determinação de quanto será gasto de consumo e a partir disso a magnitude da necessidade do investimento para a geração de renda e emprego. Como a poupança individual corresponde ao excedente de renda não gasta para a satisfação das necessidades correntes de consumo, é mais fácil para os ricos poupar, enquanto que para os pobres toda a sua renda é utilizada para a satisfação de suas primeiras necessidades. Caso a estrutura de distribuição de renda fosse mais igualitária, o volume de poupança agregada da comunidade tenderia a ser menor. Assim, a ampliação da desigualdade de renda tende a reduzir a propensão a consumir. Quanto menor a propensão a consumir, tanto maior a dependência do investimento para a manutenção de um elevado nível de emprego e renda. Como conclui Dillard "... a proposição fundamental de que um elevado nível de emprego depende em alto grau do investimento é verdadeira, em parte porque a desigualdade dos rendimentos restringe sobremodo a quantia de consumo que ocorre nos altos níveis de renda. Se contemplássemos o problema do desemprego do ponto de vista da estrutura social, poderíamos dizer que uma das causas é a desigualdade na distribuição da renda" (DILLARD, 1989, p. 76).

Sob o ponto de vista Keynesiano quanto maior fosse a desigualdade na distribuição da renda, tanto menor seria o montante da renda gasta sobre a forma de bens de consumo, exigindo maiores esforços de investimento como meio de se alcançar o pleno emprego.

Ao contrário da visão ortodoxa segundo a qual a maior taxa de poupança é o caminho para a ampliação da capacidade produtiva e, portanto, da elevação dos gastos com investimento, a posição keynesiana se opõe a tal afirmativa, pregando que a restrição dos gastos não provoca nenhum aumento na poupança *ex-ante*, ao contrário, tende, inclusive, a reduzir os níveis de poupança caso a queda do consumo agregado implicar em redução da renda.

Levando em conta a escola keynesiana, "os determinantes da poupança são essencialmente diferentes das razões que dominam as decisões de investir e são, portanto, claramente distintos *ex-ante*. Na realidade, poupança e investimento devem ser iguais *ex-post*, e essa igualdade é garantida por variações no nível de renda" (IPEA, 1998, p. 3). A poupança, dentro dessa concepção, é considerada como um resíduo contábil e, portanto, só pode ser definida depois da determinação da renda (*ex-post*). Se o investimento pode

aumentar independente da existência da poupança, isso significa a existência de um sistema financeiro desenvolvido, de modo que os bancos podem separar as suas operações de poupança das suas operações de crédito, sem prejuízo para o sistema econômico.

Uma vez traçada as linhas gerais subjacentes a cada um dos modelos averiguados, cabe agora a tarefa de identificar a forma através da qual o empresário maximiza os seus lucros. A importância desse exercício advém do fato de que o empresário, segundo Keynes, ao tomar a sua decisão de investimento, leva em consideração a expectativa que o mesmo tem quanto à demanda futura. A importância do consumo futuro é essencial para a determinação do nível de investimento do empresário. Suas expectativas quanto ao consumo futuro está baseada no padrão de consumo atual e, portanto, uma sociedade na qual a maioria da sua população é frugal, utilizando apenas uma pequena parte da sua renda para o consumo, apresentará dificuldades para manter níveis de emprego elevados, ao menos que o incentivo ao investimento seja elevado. No entanto, uma sociedade cujos níveis de riqueza são mais igualitários, e ao mesmo tempo utilize grande parte da sua renda no consumo de bens e serviços, apresentará menores dificuldades para manter um elevado nível de emprego.

Desse modo, conforme Keynes e outros economistas como Malthus, Hobson, entre outros já haviam apontado, a estrutura distributiva da sociedade e os hábitos de consumo da população influenciavam o ritmo e o grau de crescimento da renda e do emprego. Como Keynes diria em 1936:

“Quanto mais rica for a comunidade, mais tenderá a ampliar a lacuna entre a produção efetiva e a potencial: e, portanto mais óbvios e maléficos os defeitos do sistema econômico. Assim, uma comunidade pobre tenderá a consumir a maior parte da sua produção de modo que um investimento modesto será suficiente para lhe garantir o pleno emprego, ao passo que uma comunidade rica terá de descobrir oportunidades de investimento muito mais amplas, para que possa conciliar a propensão para a poupança dos seus membros mais ricos com o emprego dos seus membros mais pobres. Se uma comunidade potencialmente rica o incentivo for fraco, a insuficiência da demanda efetiva a obrigará a reduzir sua produção real até que, a despeito de sua riqueza potencial, ela se torne tão pobre que os excedentes

sobre o consumo diminuam até chegar ao nível correspondente ao seu fraco incentivo para investir”. (KEYNES, 1936).

Quanto à importância do estado das expectativas dos empresários para a decisão de quanto investir, Hobson no seu livro intitulado “A evolução do capitalismo moderno” nos acrescentaria já no ano de 1894, o que Keynes mais tarde também constataria:

“A produção já não é dirigida, exclusivamente, pela quantidade e qualidade das necessidades atuais, mas torna-se cada vez mais dependente da estimativa do consumo futuro. Uma parcela maior da capacidade intelectual do empresário volta-se para a previsão das futuras condições de mercado, e uma parcela maior do trabalho mecânico e humano, para assegurar que os bens futuros satisfaçam as demandas projetadas”. (HOBSON, 1983).

Sobre a formação de expectativas dos empresários em relação à decisão de quanto investir, ressalta-se a importância dos níveis de consumo atual como sinalizador para o nível de investimento. Reduções no consumo atual, provenientes de uma queda no nível de renda da população mais carente, ou ainda, reduções de consumo provenientes da intenção de elevar a poupança, servem como sinalizadores para as firmas de que as quantidades que estão sendo colocadas no mercado são demasiadamente elevadas. Nesse caso, a reação do empresário é colocar um freio na atividade econômica, reduzindo os níveis de renda e a geração de emprego.

A melhor distribuição da renda e a conseqüente padronização dos perfis de consumo das comunidades subdesenvolvidas, além de corresponder a um objetivo primordial para o desenvolvimento econômico, trariam benefícios do ponto de vista macroeconômico. A elevação da demanda efetiva sinalizaria a necessidade de novos investimentos em bens de consumo, com benefício múltiplos para os investidores e para a comunidade em geral.

Através da exposição dos argumentos clássicos, estampados na lei de Say, e nos argumentos keynesianos, procuramos avaliar a partir de que base teórica a defesa da

desigualdade quanto à distribuição da renda é funcional para a ampliação do crescimento econômico. Constatamos que a visão ortodoxa, defensora da elevada taxa de poupança, apóia-se na lei de Say no sentido de que esta pressupõe que a redução dos níveis de consumo agregado automaticamente redireciona os recursos excedentes para o investimento. Desse modo, decisões de poupar não levam à redução líquida do dispêndio, mas apenas causam uma variação na composição do gasto global, com elevação dos gastos com bens de capital em detrimento com os gastos de bens de consumo. Por outro lado, a visão keynesiana é defensora da elevação do nível de gastos totais como forma de elevação da renda e do emprego. A elevada desigualdade na distribuição da renda impedia os gastos com consumo, fato que exigia a elevação do investimento como forma de se alcançar o pleno emprego.

Expusemos neste capítulo as principais vertentes econômicas a respeito da funcionalidade do consumo para a determinação da renda nacional. O próximo capítulo concentrar-se-á na análise das especificidades de uma economia tipicamente subdesenvolvida e os limites da aplicação dos modelos acima expostos para a explicação das economias periféricas.

CAPÍTULO II

Especificidade da economia nacional e os limites das teorias tradicionais para o entendimento de uma economia subdesenvolvida

A formulação dos modelos econômicos prediz a existência de um contexto histórico e social que confere uma visão de mundo e uma interpretação dos acontecimentos por parte dos teóricos dos modelos econômicos. Desse modo, as divergências entre as escolas de pensamento econômico quanto à importância do consumo para a determinação do nível da renda e do emprego envolvem aspectos de ordem política, econômica e histórica que dão aos modelos feições próprias.

Às economias subdesenvolvidas correspondem certas especificidades e características que tornam os modelos econômicos tradicionais incoerentes na interpretação dos fenômenos econômicos dos países com baixo grau de acumulação e de desenvolvimento econômico e social.

A necessidade de implementação de políticas públicas no sentido de redistribuir renda é um pressuposto para a redução das desigualdades sociais e das pressões políticas advindas com o fenômeno da desigualdade de renda. No entanto, a origem histórica e as especificidades das economias subdesenvolvidas impõem limites à melhoria do padrão de vida de sua população. O diagnóstico dos problemas dessas economias é o primeiro passo para a compreensão do fenômeno da desigualdade e é através da sua explicação que as políticas públicas poderão realmente enfrentar as raízes das desigualdades sociais.

A avaliação das características das economias subdesenvolvidas pressupõe admitir a condição de dependência. Tal condição é gerada, segundo COLMAN & NIXSON (1981), em função:

- Do passado histórico
- Dependência das importações de manufaturados
- Dependência de importações de tecnologia externa

- Dependência cultural, psicológica, social e cultural

A formação histórica dos países subdesenvolvidos, dentro do contexto da divisão internacional do trabalho, contribuiu para a gênese de economias caracterizadas pela elevada concentração da renda associada a diferentes perfis de consumo. Tais economias caracterizam-se, de modo geral, por dois padrões de consumo:

- Classes cujo acesso à renda permite o consumo de bens supérfluos e de luxo que refletem os padrões de consumo das economias industrializadas do centro do capitalismo.
- Classes cuja renda é suficiente apenas para a obtenção de bens de primeira necessidade.

A elevada concentração da renda nas mãos de uma reduzida elite nos países subdesenvolvidos é uma das facetas mais marcantes dessas economias. Tal concentração “tem causas que remontam à constituição dos latifúndios que antecedem a etapa primário-exportadora” (FURTADO, 1981). Corresponde a um padrão de desenvolvimento baseado na modernização dos padrões de consumo. Essa concentração perpetua-se em função do excedente estrutural de mão-de-obra que impede que os salários aumentem conforme a produtividade.

A origem da elevada concentração da renda, apontada por PINTO está relacionada com a “maior ou menor concentração da propriedade dos fatores capital e terra. A primeira razão é que parte da renda gerada pelo processo produtivo flui às mãos dos que possuem esses fatores, de maneira que enquanto menos pessoas os controlem, mais concentrado estará o desfrute dessa parcela da renda” (PINTO, 1976, p.11).

A disparidade quanto ao acesso de bens de consumo por parte da população é um dos reflexos da elevada concentração da renda e ao mesmo tempo é produto da definição das necessidades mercantis incompatíveis com o grau de desenvolvimento econômico.

Uma das principais formas de subordinação cultural dos países subdesenvolvidos está relacionada à dependência quanto às formas de consumo que vão surgindo no centro das economias capitalistas. A agravante dessa dependência reside no fato de que o perfil da

demanda das classes de alta renda é incompatível com o grau de acumulação de capital e conseqüentemente com a estrutura econômico-industrial.

O excedente gerado nas economias periféricas serviu para o financiamento de novos padrões de consumo que estavam sendo gestados no centro do sistema capitalista. “O contato e conhecimento de esquemas de consumo superiores davam asas à imaginação, criando novas necessidades” (NURKSE, 1958). A subordinação das necessidades das elites locais aos padrões de consumo do centro foi denominando de efeito demonstração. Tal subordinação a formas de consumo mais sofisticadas foi responsável pelo vazamento de renda local para o exterior, na forma de importações de bens de consumo supérfluos.

Quanto ao “efeito demonstração”, Nurkse detalha:

“As nações mais pobres, em contato com as mais ricas, sentem-se impelidas a manter suas rendas e gastos monetários acima do que sua própria capacidade de produção permite”.

E segundo a visão de Furtado:

“Os países periféricos foram transformados em importadores de novos bens de consumo, fruto do processo de acumulação e do progresso técnico que tinha lugar no centro do sistema capitalista. A adoção de novos padrões de consumo seria irregular, dado que o excedente era apropriado por uma minoria restrita. Os frutos dos aumentos da produtividade revertiam em benefício de uma minoria, razão pela qual a renda disponível para consumo do grupo privilegiado cresceu de forma substancial” (FURTADO, 1974).

A elevada concentração tem sido apontada por alguns autores ortodoxos como benéfica para os efeitos de elevação da poupança interna da economia. Tal pressuposto está relacionado ao fato de que a propensão a poupar é inversamente proporcional à participação dos salários na renda. Nesse sentido, quanto mais concentrada for a renda, maiores serão as taxas de poupança acumulada. No entanto, as taxas de poupança das economias subdesenvolvidas não são tão significativas. A explicação para essa aparente dicotomia reside no fato de que as classes de altas rendas estão mais propensas ao consumo supérfluo, essencialmente bens importados. A subordinação cultural implica na necessidade dessas classes em se adequar ao perfil da demanda das economias desenvolvidas. Dessa forma, a renda poupada acaba sendo transferida para o exterior na forma de importações de bens de luxo.

Nas palavras de BRUTTON (1958):

“A renda é distribuída de modo menos equitativo num país subdesenvolvido que numa economia altamente desenvolvida, e isto deveria levar a que a taxa de poupança fosse maior em economias subdesenvolvidas que nas desenvolvidas. No entanto, há um obstáculo nessa vantagem especial. A desigualdade de tais países, resultante da rendas relativamente altas, não favorece a acumulação de capital produtivo, levando, pelo contrário, a projetos de construção de caráter especulativo – de luxo ou ao consumo conspícuo”.

As desigualdades sociais são agravadas em função da subordinação cultural associada à modernização dos padrões de consumo das classes de altas rendas na periferia, impedindo que o excedente gerado por essas economias seja direcionado para a construção de uma estrutura produtiva condizente com a acumulação de capital e com a estrutura de demanda do conjunto de sua população.

A estrutura do mercado consumidor nas economias periféricas apresenta uma estrutura dual, sendo representada, como já discutidos, por uma pequena parcela cujos padrões de consumo acompanham os desenvolvimentos e inovações do centro do sistema capitalista, e de outro, pela imensa parcela da população que tem uma estrutura de renda suficiente apenas para a satisfação de suas mínimas necessidades. Essa limitada estrutura da demanda traz limites para o processo de difusão tecnológica e impede os ganhos de escala associados a um mercado de massas.

A elevada concentração da renda impede a difusão de novos produtos para o conjunto da sua população, exigindo para tanto, uma concentração crescentemente maior da renda como forma de trazer maior dinamismo para as indústrias de bens de consumo duráveis.

“Deve-se reconhecer que permeia todas as obras da Cepal a visão de um modelo econômico cujas raízes históricas fortemente concentradoras reforçam e ao mesmo tempo são reforçadas por um estilo de industrialização que gera uma economia onde a característica básica seria dada hoje pela disjuntiva entre uma crescente concentração de renda e uma estrutura industrial cujo dinamismo repousa na exploração de um mercado

consumidor restrito, já que a produção da indústria dinâmica requer unidades consumidoras de elevado nível de renda média” (COUTINHO, 1979).

Tendo verificado as especificidades de uma economia tipicamente subdesenvolvida, resta-nos constatar que tais características não estavam presentes naquelas economias que serviram de base para o desenvolvimento dos modelos neoclássicos e o modelo Keynesiano.

Keynes, na verdade, não tinha como pretensão tratar as economias subdesenvolvidas em separado. Sua intenção era explicar o fenômeno do desemprego numa economia abundante em recursos e com excesso de capacidade produtiva.

A seguir, um exemplo dado por RAO para o funcionamento do multiplicador do investimento numa economia tipicamente subdesenvolvida, a Índia. Apesar das especificidades da economia indiana, o exemplo serve apenas para verificar os limites de aplicação do modelo Keynesiano.

Sob uma perspectiva keynesiana, a avaliação de um autor indiano (RAO, 1958) a respeito das economias subdesenvolvidas perpassa a discussão do multiplicador keynesiano e as suas conseqüências para o dinamismo de uma economia tipicamente caracterizada pelo excesso de mão-de-obra e pela baixa disponibilidade de capital e conhecimento técnico. De acordo com esse autor, a propensão marginal a consumir numa economia tipicamente subdesenvolvida não se distancia muito da unidade, tendo o multiplicador keynesiano um valor elevado, ou seja, toda a renda gerada nessa economia é consumida, não apresentando, portanto, problema de realização. Segundo tal perspectiva, uma pequena elevação do investimento elevaria significativamente o nível de renda e de emprego.

No entanto, apesar do multiplicador keynesiano ser elevado e um pequeno aumento no investimento ser suficiente para a elevação do nível de renda, o efeito final do elevado multiplicador sobre a renda não pode ser comprovado na economia da qual estamos tratando, em função de fatores específicos à economia indiana.

RAO aponta para o caso da Índia na qual grande parte da população trabalha para o auto-sustento, sendo a economia de troca uma função auxiliar nesses países. Como as pessoas trabalham para a sua própria subsistência, a autogeração dos produtos consumidos impede os efeitos linkage que contribuem para a sinalização de novos investimentos nos setores abaixo e acima da estrutura produtiva. Além disso, a baixa elasticidade da oferta

frente uma elevação da renda impede o aumento da produção mesmo quando a demanda é elevada. A baixa capacidade ociosa da economia, e a baixa oferta de mão-de-obra especializada tornam a oferta inelástica à elevação da demanda por parte dos trabalhadores. Nas palavras de RAO “os aumentos secundários, terciários e outros aumentos da renda e do emprego, vistos pelo multiplicador não se verificam, mesmo quando a propensão a consumir for elevada e, portanto, mesmo que o multiplicador funcionasse fortemente. Isto assim se dá porque as indústrias de bens de consumo às quais se dirige a maior demanda não estão em condições de aumentar o seu produto e de ofertar emprego adicional efetivo”. (RAO, 1958).

Tal exemplo retrata-nos a importância da avaliação das características que compõem uma economia tipicamente subdesenvolvida e de que forma tais especificidades impedem a aplicação dos modelos tradicionais para o entendimento do funcionamento de economias subdesenvolvidas.

A discussão sobre o desenvolvimento econômico merece, portanto, uma avaliação da formação histórica, econômica e social da economia da qual estamos tratando. No caso do Brasil, a elevada desigualdade do acesso à renda, o excedente estrutural de mão de obra e o contexto da divisão internacional do trabalho deram feições próprias à nossa economia. Estes fatores são relevantes para a compreensão das características do baixo grau de desenvolvimento econômico que atingimos, e é a partir da análise e compreensão dessas especificidades que as políticas públicas poderão avançar no sentido de reduzir as desigualdades sociais que assolam os países subdesenvolvidos.

CAPÍTULO III

Os limites do padrão de consumo para o processo de desenvolvimento

A generalização de mínimos padrões de consumo para o conjunto da população é um indicativo e um passo inicial para o desenvolvimento econômico. O próprio conceito de desenvolvimento prediz a existência de mínimos padrões de consumo generalizados para o conjunto da população.

A distribuição de renda mais igualitária, além de constituir-se no pressuposto do desenvolvimento econômico, pode ser defendida em função de fatores e implicações macroeconômicas sobre a dimensão do mercado consumidor.

Apesar dos teóricos neoclássicos defenderem a desigualdade na distribuição de renda para efeitos de maior poupança agregada, a desigualdade social que vem acompanhando os países subdesenvolvidos não contribuiu de forma alguma para a elevação dos níveis de poupança. Ao contrário, grande parte dos recursos acumulados foram direcionados para o financiamento de novos padrões de consumo na periferia, como resultado da subordinação cultural das economias subdesenvolvidas às formas e padrões de vida de países cujo nível de acumulação permite maior acesso à população de bens de consumo mais avançados.

Além disso, como apontado por PINTO (1976) “o desenvolvimento implica e exige elevar sustentadamente as condições de vida das maiorias nacionais e isso supõe, do ponto de vista econômico, que o sistema produtivo deve destinar e canalizar recursos e ajustar sua própria estrutura produtiva para esse fim. Mas à medida que um padrão desigual de renda impõe sua típica composição da procura, os recursos e o aparelho de produção se desviam para a satisfação preferencial daqueles que absorvem uma fração principal e crescente da renda nacional” (PINTO, 1976).

Dentro desta visão, está exposta a idéia de que a desigualdade é o caminho que perpetua a maior desigualdade. A concentração da renda além de impedir melhores condições de vida à população, é intensificada pelos fatores de ordem estrutural às economias subdesenvolvidas. A demanda dos grupos de elevada renda e padrão de

consumo típico dos países desenvolvidos determina e orienta a estrutura produtiva que não está relacionada em função da acumulação de capital atingida nessas economias subdesenvolvidas, mas em função das necessidades associadas à modernização dos padrões de consumo de uma restrita parcela da população.

Esta idéia foi defendida por FURTADO e segue-se:

“Dessa orientação do progresso técnico e da conseqüente falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado, resulta a especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização. Ao impor a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital, a referida orientação cria as condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho” (FURTADO, 1974).

O problema do desemprego estrutural nas economias subdesenvolvidas, associado com um perfil tecnológico típico do centro das economias desenvolvidas acentua o problema dos baixos salários e a conseqüente desigualdade da renda. A oferta ilimitada de pessoas em busca de emprego impede que os salários aumentem em relação ao aumento da produtividade. A dinâmica do mercado de trabalho em países desenvolvidos para FURTADO, funciona do seguinte modo:

“À medida que cresce a produtividade, aumenta a renda real social, isto é, a quantidade de bens e serviços à disposição da população. Por outro lado, o aumento das remunerações resultante da elevação da renda real provoca nos consumidores reações tendentes a modificar a estrutura da procura” (FURTADO, 1958).

O aumento dos salários proveniente da elevação da produtividade é um fenômeno que não ocorre nos países subdesenvolvidos. O elevado contingente de mão-de-obra e um padrão tecnológico incoerente com a estrutura de acumulação de capital e com a estrutura da demanda da média da população impedem que os salários cresçam concomitantemente com os ganhos de produtividade. A defasagem se perpetua e acentua as desigualdades sociais.

A elevada disparidade quanto aos níveis de renda, estampados na estrutura do padrão de consumo no Brasil, corresponde a um determinante que além de trazer deformações para a estrutura social, traz impactos sobre o mercado, com conseqüências

para o dinamismo econômico. A respeito dos limites do mercado consumidor PINTO destaca:

- “Ao limitar absoluta ou relativamente a procura da grande massa, compõem uma base muito estreita para o tipo de atividade que só pode ser montada com uma considerável dimensão e que constituem as áreas mais dinâmicas e estratégicas para o processo de desenvolvimento”.
- A reduzida base quantitativa dos mercados dos países subdesenvolvidos faz com que seja difícil atendê-lo de forma econômica, de acordo com uma escala mínima de produção que reduzam suficientemente os custos. (PINTO, 1976).

A base estreita do mercado consumidor nas economias periféricas traz sérias conseqüências para o desenvolvimento nacional. A reduzida escala de mercado impede que a produção seja elevada o suficiente para atingir grandes escalas, e desse modo, reduzir os custos associados à produção. Na avaliação de PINTO (1976):

“Considerando-se a renda média e o tamanho absoluto relativamente reduzido do mercado existente, parece certo que se manifestarão prematuramente sinais de saturação da procura e uma inclinação para desviar recursos para a produção daqueles bens mais caros e refinados, próprios do cume da pirâmide de rendas, além de uma ênfase redobrada em meios monetários para inflar a procura, como por exemplo, maiores facilidades de créditos”.

A estrutura de consumo e a atual configuração das forças produtivas nas economias subdesenvolvidas implicam numa necessidade de concentração progressiva dos níveis de renda como forma de manter a atual estrutura produtiva. Considerando-se a reduzida dimensão do mercado consumidor de massas, a orientação da produção tende a se direcionar para os setores de bens de consumo para as rendas elevadas. Tal configuração da estrutura produtiva exige uma concentração crescente dos níveis de renda de modo a que as classes superiores de renda possam diversificar continuamente o seu perfil de demanda.

Percebe-se que as características estruturais das economias subdesenvolvidas apresentadas no presente trabalho reforçam as desigualdades associadas ao padrão de renda e ao perfil de consumo da população.

A melhoria do padrão de renda da população em geral, além de constituir na via de mais rápido acesso a um estágio mais avançado de desenvolvimento, permitiria a expansão do acesso a bens para o conjunto da população. O atual estágio de desenvolvimento implica, como demonstra FURTADO, “que a expansão do consumo dos ricos significa introduzir novos produtos na cesta de bens de consumo, o que requer mais recursos para P&D, ao passo que aumentar o consumo das massas significa difundir o uso de produtos já conhecidos e cuja produção está na fase de rendimentos marginais decrescente.

A dualidade estampada em diversos perfis de renda, consumo e nível tecnológico impedem que o processo de desenvolvimento avance. O esforço da distribuição de renda e a melhoria do padrão de vida da sua população merecem a devida atenção, considerando-se as pressões sociais e políticas geradas em função da desigualdade extrema.

CONCLUSÃO

As economias subdesenvolvidas apresentam como característica inequívoca a dualidade quanto ao acesso a bens de consumo. Essa dualidade está estampada em dois perfis distintos de consumo: de um lado, uma pequena parte da população que detém recursos suficientes para o usufruto de bens sofisticados e com elevado valor agregado; de outro, a grande maioria da população cuja renda é insuficiente para a obtenção dos mínimos padrões de consumo. É a elevada concentração da renda, associada com a dependência aos perfis de consumo dos países desenvolvidos que perpetua a concentração da renda e a conseqüente desigualdade social. Esse aspecto do subdesenvolvimento é resultado da dependência cultural, econômica, política e histórica advinda com o processo de colonização e que se perpetua em função da subordinação da vontade nacional aos padrões de consumo típicos dos países desenvolvidos.

Estes aspectos são típicos do subdesenvolvimento e, portanto, as teorias tradicionais (modelo neoclássico e Keynesiano) são incompatíveis para a interpretação dos fenômenos que assolam as economias dependentes. As preocupações e o objetivo das teorias acima especificadas perpassavam questões distintas das que assolam as economias subdesenvolvidas. Desse modo, uma primeira preocupação da teoria do (sub)desenvolvimento deve partir dos fenômenos históricos, sociais e políticos que envolvem as economias periféricas. O passado colonial, o excesso de mão de obra, a dependência cultural quanto aos padrões de consumo e de modo de vida dos países desenvolvidos são aspectos que diferem as economias subdesenvolvidas das economias do centro do sistema capitalista.

Os limites representados pelo reduzido mercado consumidor no Brasil, restrito às camadas concentradoras da renda envolvem dois aspectos. A reduzida demanda para bens de consumo de primeira necessidade e os seus impactos sobre a escala produtiva associada a uma demanda por bens-salário muito baixa. A demanda muito baixa impõe uma base estreita para aquelas atividades essenciais a qualquer economia e que só podem ser montadas a partir de mínimas dimensões de mercado consumidor. Além disso, impede que as plantas produtivas trabalhem com uma escala mínima de produção que permita atender o mercado de forma econômica, com baixos custos.

Desse modo, a melhoria do padrão de consumo para o conjunto da população corresponde a um quesito primordial para a determinação de uma sociedade desenvolvida, Além de corresponder a um objetivo com fim em si mesmo, procuramos averiguar de que forma a melhoria do padrão de consumo da população possibilita implicações sobre a extensão do mercado consumidor.

BIBLIOGRAFIA

- ACKLEY, Gardner. "*Teoria macroeconômica*". 2ª ed. São Paulo, Pioneira, 1978.
- ALVAREZ, Albino R. "*Desenvolvimento teórico sobre distribuição de renda, com ênfase em seus limites*". Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1996.
- BARROS, Alexandre Rands. "*Salários e crescimento econômico: fundamentos da abordagem estruturalista num modelo neoclássico*". Revista de Economia Política, vol. 14, nº 2 (54), abril-junho/1994.
- COLMAN, D. & NIXSON, F. "*Desenvolvimento econômico: uma perspectiva moderna*". 2ª ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- COUTINHO, Maurício. "*Padrões de consumo e distribuição de renda no Brasil*". Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1979.
- DILLARD, Dudley. "*A teoria econômica de John Maynard Keynes*", 6ª ed. São Paulo, Pioneira, 1989.
- FURTADO, Celso "*Formação de capital e desenvolvimento econômico*". In: ARGAWALA, A. & SINGH, S.P. "*A economia do subdesenvolvimento*". Rio de Janeiro, Forense, 1958.
- _____ "*O mito do desenvolvimento econômico*", Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1974.
- _____ "*Pequena introdução ao desenvolvimento*", 2ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1981.
- HOFFMANN, Rodolfo. "*Tendências da distribuição da renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico*". In: TOLIPAN, Ricardo & TINELLI, Arthur C. (org.). "*A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*". 2ª ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

- HOBSON, J. A. "*A evolução do capitalismo moderno*", São Paulo, Abril Cultural (Coleção: Os Economistas), 1983.
- KALECKI, Michal. "*Kalecki: Economia*", São Paulo, Ática, 1980.
- KEYNES, J. M. "*A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*", 2ª ed. São Paulo, Nova Cultural (Coleção: Os Economistas), 1985.
- LEWIS, W. A. "*O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra*". In: ARGAWALA, A. & SINGH, S.P. "*A economia do subdesenvolvimento*". Rio de Janeiro, Forense, 1958.
- LIPKIN, S. M. "*O princípio da demanda efetiva na controvérsia Keynes versus 'clássicos'*". Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1990.
- MIGLIOLI, Jorge. "*Acumulação de capital e demanda efetiva*". T. A Queiroz Editora, São Paulo, 1987.
- NURKSE, R. "*Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico*". In: ARGAWALA, A. & SINGH, S.P. "*A economia do subdesenvolvimento*". Rio de Janeiro, Forense, 1958.
- OLIVEIRA, F. E. B. & BELTRÃO, K. I. & DAVID, A. C. A. "*Previdência, poupança e crescimento econômico: interações e perspectivas*". IPEA, Rio de Janeiro, nov. 1998.
- PINTO, A. "*Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento*". 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1976.
- PREBISCH, R. "*Desigualdade e acumulação de capital no capitalismo periférico*". Revista de Economia Política, vol.7, nº 1, Jan-Mar 1987.
- RAO, V.K.R.V. "*O investimento, a renda e o multiplicador numa economia subdesenvolvida*". In: ARGAWALA, A. & SINGH, S.P. "*A economia do subdesenvolvimento*". Rio de Janeiro, Forense, 1958.

SERRANO, F. & MEDEIROS, C. "*O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente*". Revista de Economia Política, vol. 24, nº 2, Abr-Jun 2004.

SERRANO, F. "*A soma das poupanças determina o investimento?*" Archetypon. Rio de Janeiro, vol. 8, nº23, Mai-Ago 2000.

TAVARES, M. C. "*A economia política da crise. Problemas e impasses da política econômica brasileira*". 5ª ed. Editora Vozes, 1984.